**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTC**
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**
**UNIDADE DE ENSINO – REDE UNIFTC SALVADOR-BA**

CAMILA HIRS MENEZES
LÍVIA COSTA DOS SANTOS
NATHALIA VITÓRIA NASCIMENTO GALLIZA

# CONSCIENTIZAÇÃO DA AUTOCULPABILIZAÇÃO DAS MULHERES EM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**SALVADOR – BA**
**2025**

CAMILA HIRS MENEZES
LÍVIA COSTA DOS SANTOS
NATHALIA VITÓRIA NASCIMENTO GALLIZA

# CONSCIENTIZAÇÃO DA AUTOCULPABILIZAÇÃO DAS MULHERES EM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia, do Centro Universitário UNIFTC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel(a) em Psicologia.

**Orientador:** Prof. Me. Lucas Vezedek-Passarinho.

**SALVADOR – BA**

**2025**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaríamos de expressar nossa imensa gratidão ao nosso professor e orientador Mestre Lucas Vezedek Passarinho, que dedicou muito do seu tempo e atenção para auxiliar na construção deste projeto, sempre com muito esforço, dedicação, paciência e comprometimento, muitas vezes perdendo noites junto a equipe fora do seu horário de trabalho para o desenvolvimento e qualidade desse projeto. Gostaríamos de agradecer a equipe por ter feito o possível para esse projeto acontecer, pela disponibilidade, colaboração, comunicação sempre respeitosa, assertiva e direta, pelo desempenho, respeito e esforço individual que fez o trabalho coletivo se tornar mais fácil e coerente, a nossa união em prol do nosso objetivo maior que é concluir o curso de Psicologia fez esse trabalho de conclusão de curso ser mais leve e concluído com maestria.

**Camila Hirs Menezes**

Quero agradecer a minha família que sempre esteve presente em cada etapa da minha graduação, me incentivando e apoiando. Aos meus professores e mestres que dedico todos os ensinamentos que agregaram na minha jornada acadêmica até aqui. Aos meus amigos que mesmo distantes fisicamente se fizeram presente me estimulando a não desistir dos meus sonhos.

**Lívia Costa dos Santos**

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, pela força e entendimento concedidas durante esse projeto. Foram muitas noites de estresse e cansaço, mas ainda assim, depositei minha confiança nele. Em seguida, agradeço aos meus familiares pelo apoio constante, especialmente nos momentos em que pensei que não iríamos conseguir a aprovação. Cada conversa e incentivo foram essenciais nesse processo. Além disso, mas não menos importante, quero deixar minha imensa gratidão aos orientadores Lucas Vezedek e Jonatas Tourinho que foram fundamentais durante a construção dessa pesquisa. Suas orientações, sugestões e conselhos foram essenciais para nosso aprendizado.

**Nathalia Vitória Nascimento Galliza**

Agradeço primeiramente a Deus e os orixás que permitiram chegar até aqui, mesmo com tantos contratempos, estresses e confusões que tiveram para poder ter a aprovação e continuidade do projeto. Logo em seguida, deixo meu imenso carinho e gratidão para todos os meus familiares e amigos, que nunca me deixaram desistir, me dando total apoio e força nos momentos de fragilidade. E por fim, quero agradecer a pessoa que sou hoje e por todo esforço que fiz juntamente com a equipe e professores para que este trabalho pudesse seguir em frente.

# CONSCIENTIZAÇÃO DA AUTOCULPABILIZAÇÃO DAS MULHERES EM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Camila Hirs Menezes[1]
Lívia Costa dos Santos[2]
Nathalia Vitória Nascimento Galliza[3]
Lucas Vezedek-Passarinho[4]

## RESUMO

**Introdução:** A princípio esse estudo visa compreender a violência doméstica e como ela é considerada um problema social e psicológico complexo que afeta inúmeras mulheres, e que vai além das agressões físicas. As vítimas de violência doméstica frequentemente desenvolvem sentimento de culpa, que são induzidos pelo agressor, por crenças culturais ou pela dependência emocional no relacionamento abusivo. Deste modo, analisamos as causas sociais e psicológicas que contribuem para a autoculpabilização das mulheres, além de obter uma análise sucinta para saber se as mulheres conhecem a autoculpabilização na violência doméstica e como lhe dão com isso. A pesquisa utiliza métodos quantitativos e qualitativos com enfoque nos fatores socioeconômicos e psicológicos, realizando levantamento de dados que coleta estatísticas sobre agressões às mulheres que residem em seu domicílio. **Resultados:** Muitas participantes inicialmente se sentiram responsáveis pela violência que sofreram. Contudo, a percepção de que não eram culpadas começou a surgir à medida que desenvolveram maior autoestima, se distanciaram da relação abusiva, reconheceram os impactos emocionais e físicos vivenciados, conversaram com pessoas de confiança e passaram a participar de processos terapêuticos. Nesse percurso, a rede de apoio composta por amigos, familiares e profissionais desempenhou um papel fundamental ao validar o sofrimento e ajudar a desconstruir a autoculpabilização. Assim, tornou-se evidente que a violência resulta exclusivamente das escolhas e comportamentos do agressor, e não das atitudes da vítima.

**Palavras-chave:** Autoculpabilização. Causas. Psicológicos. Sociais. Violência doméstica.

[1] Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário UniFTC Salvador/BA, e-mail: camilahirsmenezes@hotmail.com .
[2] Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário UniFTC Salvador/BA, e-mail: santoslivia.assis@gmail.com
[3] Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário UniFTC Salvador/BA, e-mail: nathalianascimento598@gmail.com
[4] Professor Orientador do curso de Psicologia, Centro Universitário UniFTC Salvador/BA, psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia (UFBA), e-mail: vezedek.oliveira@prof.uniftc.edu.br | psi.lucasvpassarinho@gmail.com

# AWARENESS OF WOMEN'S SELF-BLAME IN CASES OF DOMESTIC VIOLENCE


## ABSTRACT

**Introduction:** Nitially, this study aims to understand domestic violence and how it is considered a complex social and psychological problem that affects countless women and goes beyond physical aggression. Victims of domestic violence frequently develop feelings of guilt, which are induced by the aggressor, cultural beliefs, or emotional dependence within the abusive relationship. Thus, this study analyzes the social and psychological causes that contribute to women's self-blame, in addition to providing a concise analysis to assess whether women recognize self-blame in domestic violence situations and how they deal with it. The research employs quantitative and qualitative methods, focusing on socioeconomic and psychological factors, and conducts data collection to gather statistics on assaults against women within their own households. **Results:** Many participants initially felt responsible for the violence they experienced. However, the perception that they were not to blame began to emerge as they developed greater self-esteem, distanced themselves from the abusive relationship, recognized the emotional and physical impacts they had endured, talked with trusted individuals, and began participating in therapeutic processes. Throughout this journey, the support network composed of friends, family members, and professionals played a fundamental role in validating the women's suffering and helping to deconstruct self-blame. Thus, it became evident that violence results exclusively from the choices and behaviors of the aggressor, and not from the victim's actions.



**Keywords:** Self-blame. Causes. Psychological. Social. Domestic violence.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica resignada às mulheres é uma questão muito fixada na sociedade brasileira e isso vem resultando em consequências trágicas para as vítimas. É correto afirmar que a autoculpabilização vem ganhando destaque nos últimos anos, pois tem surgido diversos obstáculos que impedem a denúncia do réu e a tortura psicológica que levam muitas mulheres a acreditarem, de forma equivocada, que são responsáveis pelas agressões que são acometidas. Mediante a este assunto, utilizamos uma abordagem multidisciplinar para que possamos analisar os fatores socioeconômicos e culturais para saber o porquê as mulheres negras e de baixa renda têm um maior público na autoculpabilização quando se trata de violência doméstica.

Nesse cenário, torna-se fundamental compreender que a violência doméstica não afeta todas as mulheres de maneira homogênea. Mulheres negras, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, encontram-se mais expostas a violência devido a fatores estruturais como o racismo, o sexismo e a desigualdade social. O racismo estrutural contribui para a naturalização da violência sobre corpos negros, para a desvalorização do sofrimento dessas mulheres e para o acesso limitado a políticas públicas, serviços de saúde, proteção institucional e redes de apoio.

Segundo o Instituto DataSenado (2022) três a cada dez brasileiras já sofreram violência doméstica cometida por homens, além disso, o estudo traz em vista que quanto menor a renda, maior a fragilidade da mulher a esse tipo de agressão. De acordo com o Art. 5º da Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha (2006) configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Nesse contexto, além das agressões físicas e psicológicas, destaca-se a presença de processos subjetivos que contribuem para a permanência da mulher no ciclo da violência, entre eles a autoculpabilização. A autoculpabilização consiste na tendência de atribuir a si própria a culpa ou responsabilidade por eventos negativos, mesmo quando não é sua responsabilidade exclusiva, configurando-se como uma distorção cognitiva que pode comprometer a saúde mental e os relacionamentos interpessoais.

Este projeto se justifica em como as mulheres que sofrem violência doméstica podem se sentir, e a quem e como recorrer. Com uma frequência significativa, muitas mulheres vivenciam atos impetuosos por receio do que as outras pessoas vão comentar, em que local vão

residir posteriormente se decidirem sair de casa, a quem recorrer nessas ocasiões, culpabilizam-se ou sempre pensam que o outro pode mudar e será apenas a última vez que aquela cena ocorrerá. Esse percurso ao longo da vida de uma mulher que sofre violência doméstica é capaz de ser traumático e deixar sequelas irreversíveis, onde é de suma importância que as vítimas tenham uma rede de apoio e proteção a todo momento, pois, ocorrendo a falta de acolhimento e proteção os danos a seguir podem ser inconversíveis, podendo causar até a morte.

Na tentativa de minimizar os crimes contra a mulher, é de suma importância que não apenas a psicologia entre em cena, mas sim, vários outros ramos como a assistência social entre outros.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Objetivos e Delineamento da Pesquisa

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as principais causas sociais e psicológicas que contribuem para a autoculpabilização das mulheres vítimas de violência doméstica, buscando métodos de conscientização e suporte. Além disso, os objetivos específicos, incluem ainda: 1) investigar os principais fatores psicológicos e socioculturais que levam a autoculpabilização em mulheres vítimas de violência doméstica; 2) analisar como as mulheres negras e de baixa renda tendem a ficarem mais vulneráveis para tal situação; e, 3) propor estratégias de conscientização para reduzir a autoculpabilização e fortalecer a autonomia das mulheres.

Trata-se de um estudo que adota uma abordagem composta por métodos quantitativos e qualitativos através da aplicação de questionário semiestruturado on-line elaborado para este fim. Desse modo, inclui questões objetivas e qualitativas para a obtenção de uma compreensão abrangente acerca do fenômeno da autoculpabilização de mulheres vítimas de violência.

### 2.2 Participantes

Participaram deste estudo 54 mulheres entre 18-45 anos (37%); entre 25 e 34 anos de idade (29,6%); entre 35 e 44 anos de idade (16,7%) e por fim nove mulheres com 45 anos ou mais (16,7%), todas as participantes são mulheres cisgêneros. Com base nos resultados, 46,3% são pretas, 25,9% pardas, totalizando 72,2%, e 27,8% brancas. Quanto à orientação sexual, 87,0% se declararam heterossexuais, uma homossexual, uma lésbica, quatro bissexuais e uma

pansexual. No quesito religião, três se consideram candomblecistas, duas umbandistas, nove católicas, doze protestantes/evangélicas, duas do espiritismo, dezenove não tem religião específica, 5 preferiram não responder e duas contém outras religiões. Referindo-se à escolaridade quatro possuem ensino fundamental completo, três ensino médio completo, treze ensino médio completo, dezenove superior incompleto, onze superior completo e quatro preferiram não responder. A **Tabela 1** uma sumariza esses dados.

**Tabela 1.**
*Dados sociodemográficos dos(as) participantes*

| **Variáveis** | **Distribuição estatística** | | |
|---|---|---|---|
| | **Categorias** | ***N (54)*** | **%** |
| Identidade de gênero | Mulher cisgênero | 54 | 100 |
| | | **54** | **100** |
| Cor/Raça/Etnia | Preta | 25 | 46,3 |
| | Parda | 14 | 25,9 |
| | Branca | 15 | 27,8 |
| | | **54** | **100** |
| Orientação sexual | Heterossexual | 47 | 87,0 |
| | Homossexual | 1 | 1,9 |
| | Lésbica | 1 | 1,9 |
| | Bissexual | 4 | 7,4 |
| | Pansexual | 1 | 1,9 |
| | | **54** | **100** |
| Religião | Candomblé | 3 | 5,6 |
| | Umbanda | 2 | 3,7 |
| | Católica | 9 | 16,7 |
| | Protestante/Evangélica | 12 | 22,2 |
| | Espírita | 2 | 3,7 |
| | Não tenho religião | 19 | 35,2 |
| | Prefiro não responder | 5 | 9,3 |
| | Outra | 2 | 3, |
| | | **54** | **100** |
| Nível de escolaridade | EF completo | 4 | 7,4 |
| | EM incompleto | 3 | 5,6 |
| | EM completo | 13 | 24,1 |
| | ES incompleto | 19 | 35,2 |
| | ES completo | 11 | 20,4 |
| | Prefiro não responder | 4 | 7,4 |
| | | **54** | **100** |

**Nota:** EF= Ensino fundamental; EM= Ensino médio; ES=Ensino superior;

## 2.3 Procedimentos de construção e análise dos dados

Para a construção dos dados foi elaborado junto ao professor orientador um questionário estruturado composto por sete seções que incluíam perguntas objetivas de múltipla escolha, afirmativas em escala likert e algumas perguntas abertas não obrigatórias. O questionário online foi desenvolvido por 35 perguntas, sendo 7 sociodemográficas, voltadas a identificação das

mulheres. 24 perguntas objetivas sobre percepção, experiências pessoais, conscientização, apoio e suporte. E por fim 4 questões abertas com intuito de descrição de relatos por meio das respondentes

A primeira seção contemplou o termo de consentimento livre e esclarecido; a segunda, dados sociodemográficos das participantes; a terceira abordou as percepções sobre violência doméstica; a quarta trouxe as experiências pessoais e autoculpabilização. Na quinta analisou-se todos os apoios e suportes; a sexta falamos sobre a sociedade e conscientização e por fim a sétima sessão que apresentamos os canais de apoio e ajuda.

A escolha pelo questionário em vez das entrevistas semiestruturadas foi motivada pela necessidade de ampliar a amostra de participantes, otimizar o tempo de coleta de dados e garantir uma análise mais sistematizada das respostas. Dessa forma, a aplicação do questionário se deu através da plataforma Google Formulários, entre os meses de setembro e outubro de 2025, possibilitando a obtenção de informações de um número maior de professores de diferentes escolas, mantendo a padronização das questões e facilitando a análise dos dados.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia - IMES (UNIFTC), observando as normativas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, em suas resoluções 466/2012 (Brasil, 2012) e 99510/2016 (Brasil, 2016), tendo sido aprovado em 15/09/2025 (CAAE 88268725.0.0000.5032 | Número do parecer: 7.838.974. O estudo foi conduzido de acordo com as normas éticas vigentes e todos os participantes manifestaram seu consentimento livre e esclarecido (TCLE) de forma digital, tendo sido informados(as) sobre os objetivos e procedimentos do estudo, riscos e benefícios, garantindo-se voluntariedade, anonimato e liberdade de desistência.

## 3 RESULTADOS

A aplicação do questionário com mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica teve como objetivo compreender suas percepções acerca da autoculpabilização, dos fatores psicológicos e sociais que influenciam esse processo, bem como do apoio recebido por familiares, profissionais e instituições. A análise dos dados permitiu identificar padrões sobre sentimento de culpa, vergonha e medo, dificuldades para buscar ajuda, percepções sobre as formas de violência e a influência do julgamento social. Além disso, possibilitou compreender como a rede de apoio, o distanciamento da relação abusiva e o acompanhamento psicológico contribuem para a redução da autoculpabilização e fortalecimento da autonomia feminina.

Os achados foram organizados em três eixos temáticos, construídos a partir da recorrência das respostas e da análise interpretativa do material coletado, sendo estes: 1) percepções sobre violência doméstica; 2) experiências pessoais e sentimentos de autoculpabilização; e 3) apoio recebido e avaliação das práticas sociais e institucionais no enfrentamento da violência.

### 3.1 Percepções sobre violência doméstica

Os dados apresentados na **Tabela 2** revelam a percepção das participantes acerca das múltiplas formas de violência presentes nas relações íntimas e da capacidade de identificá-las no cotidiano. De modo geral, observa-se um nível elevado de reconhecimento sobre a diversidade das violências que compõem um relacionamento abusivo. Na primeira afirmativa "Eu acredito que existem diferentes formas de violência em um relacionamento" 90,6% das mulheres concordaram totalmente com essa declaração, enquanto apenas 1,9% discordaram totalmente e 1,9% discordaram parcialmente. Esses resultados evidenciam que a compreensão da violência vai além da agressão física, incluindo dimensões psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais, percepção amplamente consolidada entre as participantes.

No que se refere à capacidade de identificar situações de violência doméstica, observa-se uma distribuição mais variada. Embora 39,6% concordem totalmente e 28,3% concordem parcialmente com a afirmativa "É fácil para mim identificar situações de violência doméstica", uma parcela relevante demonstra incerteza ou dificuldade nesse reconhecimento: 15,1% permaneceram neutras, 13,2% discordaram parcialmente e 3,8% discordaram totalmente. Essa variabilidade sugere que, apesar de reconhecerem a existência de diferentes formas de violência, muitas mulheres ainda encontram obstáculos para identificar episódios de abuso em suas próprias vivências ou no contexto de outras mulheres, o que pode estar associado à naturalização da violência, à manipulação psicológica do agressor e à falta de informação qualificada.

Em relação à gravidade atribuída à violência psicológica, os dados demonstram forte convergência. Na afirmativa "Considero que a violência psicológica é tão grave quanto a violência física", 67,9% das participantes concordaram totalmente e 15,1% concordaram parcialmente, totalizando mais de 80% de concordância. Apenas 7,5% discordaram totalmente e 9,4% se mantiveram neutras. Esses achados reforçam a crescente compreensão social de que agressões emocionais, humilhações, intimidações e controle também produzem danos

significativos à saúde mental, corroborando pesquisas recentes que atribuem à violência psicológica impacto profundo e prolongado.

Por fim, quando analisada a afirmativa "Acredito que a violência pode ser naturalizada em alguns relacionamentos", percebe-se uma divisão importante entre as participantes. Embora 37,7% concordem totalmente com essa afirmação e 15,1% concordem parcialmente, 26,4% discordam totalmente e 9,4% discordam parcialmente. Essa distribuição sugere que, apesar da crescente conscientização, ainda há divergências sobre o quanto comportamentos abusivos como controle, ciúme excessivo, agressões verbais e manipulação emocional podem ser considerados "normais" em determinados contextos afetivos. A presença de respostas neutras (11,3%) reforça a complexidade do tema e indica a necessidade de maior difusão de informações sobre a sutileza e a progressividade das violências nas relações íntimas.

**Tabela 2.**

*Percepção sobre violência doméstica*

| **Afirmativas** | **Distribuição estatística** | | |
|---|---|---|---|
| | **Escala Likert (5 pontos)** | ***N (54)*** | **%** |
| Eu acredito que existem diferentes formas de violência em um relacionamento. | Discordo totalmente | 1 | 1,9 |
| | Discordo parcialmente | 1 | 1,9 |
| | Concordo parcialmente | 3 | 5,7 |
| | Concordo totalmente | 48 | 90,6 |
| | | **53*** | **100** |
| É fácil para mim identificar situações de violência doméstica. | Discordo totalmente | 2 | 3,8 |
| | Discordo parcialmente | 7 | 13,2 |
| | Neutro | 8 | 15,1 |
| | Concordo parcialmente | 15 | 28,3 |
| | Concordo totalmente | 21 | 39,6 |
| | | **53** | **100** |
| Considero que a violência psicológica é tão grave quanto a violência física. | Discordo totalmente | 4 | 7,5 |
| | Neutro | 5 | 9,4 |
| | Concordo parcialmente | 8 | 15,1 |
| | Concordo totalmente | 36 | 67,9 |
| | | **53** | **100** |
| Acredito que a violência pode ser naturalizada em alguns relacionamentos. | Discordo totalmente | 14 | 26,4 |
| | Discordo parcialmente | 5 | 9,4 |
| | Neutro | 6 | 11,3 |
| | Concordo parcialmente | 8 | 15,1 |
| | Concordo totalmente | 20 | 37,7 |
| | | **53** | **100** |

**Nota:** Foram mantidos apenas os itens da escala *likert* que tiveram percentual de resposta em cada afirmativa. Afirmativas não obrigatórias não se altera uma vez que as participantes poderiam escolher não responder algum item.

### 3.2 Experiências pessoais e sentimentos de autoculpabilização

Os dados apresentados na **Tabela 3** evidenciam como as participantes percebem e vivenciam sentimentos relacionados à autoculpabilização, vergonha e medo diante de situações

de violência nas relações íntimas. De modo geral, observa-se que, embora uma parcela significativa rejeite a ideia de responsabilidade pessoal pela violência sofrida, emoções como culpa, receio e constrangimento ainda se fazem presentes de forma relevante entre as mulheres.

Na afirmativa “Já me senti responsável pelo comportamento violento do(a) parceiro(a)”, 54,9% das participantes discordaram totalmente dessa declaração, enquanto 7,8% discordaram parcialmente. Apesar disso, 21,6% concordaram totalmente e 7,8% concordaram parcialmente, revelando que quase um terço das respondentes já atribuiu a si alguma responsabilidade pela agressão sofrida. Esse resultado indica a persistência de mecanismos subjetivos de autoculpabilização, frequentemente reforçados por discursos sociais que deslocam a culpa da violência para a vítima.

A tendência de responsabilização aparece também na afirmativa “Já pensei que poderia ter evitado a situação de violência se tivesse agido diferente”. Embora 37,3% discordem totalmente dessa ideia e 5,9% discordem parcialmente, a soma das concordâncias parcial e total atinge 45,1%. Isso demonstra que muitas mulheres ainda acreditam que sua conduta poderia ter evitado o episódio de agressão, percepção que pode estar relacionada a processos de manipulação emocional típicos de relações abusivas e à naturalização da violência.

Sentimentos de vergonha também se mostraram presentes entre as participantes. Na afirmativa “Já senti vergonha de contar a alguém sobre situações de violência vividas”, 36,5% concordaram totalmente e 7,7% concordaram parcialmente, totalizando mais de 44% de respostas afirmativas. Ainda que 28,8% discordem totalmente, o número expressivo de mulheres que relatam vergonha evidencia o impacto emocional da violência e a dificuldade de verbalizar vivências dolorosas, muitas vezes permeadas pelo medo do julgamento externo.

Esse receio aparece de maneira semelhante na afirmativa “Já tive medo de contar a alguém sobre situações de violência vividas”. Enquanto 45,1% discordaram totalmente, 31,4% concordaram totalmente e 5,9% concordaram parcialmente, mostrando que o medo continua sendo um obstáculo significativo para a busca de apoio. A presença desse sentimento pode estar associada tanto à ameaça direta do agressor quanto ao estigma social direcionado às vítimas.

Por fim, a percepção coletiva de que o julgamento social intensifica a culpa fica evidente na afirmativa “O julgamento social aumenta o sentimento de culpa em mulheres vítimas de violência”. A grande maioria das participantes concordou totalmente com essa ideia (79,2%), enquanto um número reduzido discordou. Esses resultados apontam para a compreensão de que

a sociedade ainda contribui para a manutenção da culpa e do silêncio entre as vítimas, reforçando estereótipos e responsabilizando-as pela violência vivida.

**Tabela 3.**

*Experiências pessoais e sentimentos de autoculpabilização*

| Afirmativas | Distribuição estatística | | |
|---|---|---|---|
| | **Escala Likert (5 pontos)** | ***N**** | **%** |
| Já me senti responsável pelo comportamento violento do(a) parceiro(a). | Discordo totalmente | 28 | 54,9 |
| | Discordo parcialmente | 4 | 7,8 |
| | Neutro | 4 | 7,8 |
| | Concordo parcialmente | 4 | 7,8 |
| | Concordo totalmente | 11 | 21,6 |
| | | **51** | **100** |
| Já pensei que poderia ter evitado a situação de violência se tivesse agido diferente. | Discordo totalmente | 19 | 37,3 |
| | Discordo parcialmente | 3 | 5,9 |
| | Neutro | 6 | 11,8 |
| | Concordo parcialmente | 7 | 13,7 |
| | Concordo totalmente | 16 | 31,4 |
| | | **51** | **100** |
| Já senti vergonha de contar a alguém sobre situações de violência vividas. | Discordo totalmente | 15 | 28,8 |
| | Discordo parcialmente | 5 | 9,6 |
| | Neutro | 9 | 17,3 |
| | Concordo parcialmente | 4 | 7,7 |
| | Concordo totalmente | 19 | 36,5 |
| | | **52** | **100** |
| Já tive medo de contar a alguém sobre situações de violências vividas. | Discordo totalmente | 23 | 45,1 |
| | Discordo parcialmente | 5 | 9,8 |
| | Neutro | 4 | 7,8 |
| | Concordo parcialmente | 3 | 5,9 |
| | Concordo totalmente | 16 | 31,4 |
| | | **51** | **100** |
| O julgamento social aumenta o sentimento de culpa em mulheres vítimas de violência. | Discordo totalmente | 2 | 3,8 |
| | Discordo parcialmente | 1 | 1,9 |
| | Neutro | 2 | 3,8 |
| | Concordo parcialmente | 6 | 11,3 |
| | Concordo totalmente | 42 | 79,2 |
| | | **53** | **100** |

**Nota:** Afirmativas não obrigatórias não se altera uma vez que as participantes poderiam escolher não responder algum item.

### 3.3 Apoio recebido e avaliação das práticas sociais e institucionais no enfrentamento da violência

Os dados apresentados na **Tabela 4** evidenciam aspectos centrais sobre o apoio recebido pelas participantes após vivenciarem situações de violência, bem como suas percepções acerca da atuação social e institucional no enfrentamento desse fenômeno. De maneira geral, os resultados revelam fragilidades importantes tanto no acolhimento imediato quanto na oferta de suporte contínuo, ao mesmo tempo em que apontam expectativas e avaliações críticas sobre o papel das instituições, da sociedade e de práticas educativas.

Na afirmativa “Recebi apoio de familiares durante ou após a situação de violência”, observa-se uma distribuição heterogênea. Enquanto 34% discordaram totalmente e 4% discordaram parcialmente, indicando ausência de suporte familiar, 32% permaneceram neutras, revelando possível ambivalência ou apoio insuficiente. Apenas 22% concordaram totalmente e 8% parcialmente. Esses números mostram que, embora algumas mulheres encontrem acolhimento na rede familiar, uma parcela significativa não recebe suporte, o que pode intensificar o isolamento e dificultar a busca por ajuda formal.

Em relação ao apoio psicológico, os resultados mostram outra importante lacuna. Quase metade das participantes (46,9%) discordou totalmente da afirmativa “Recebi apoio psicológico”, enquanto apenas 26,5% afirmaram ter recebido esse tipo de assistência. A presença de 22,4% de respostas neutras reforça a percepção de que o acompanhamento psicológico, apesar de fundamental para a reconstrução emocional, ainda não é amplamente acessível ou ofertado de maneira adequada às mulheres em situação de violência.

A ausência de suporte se torna ainda mais evidente na afirmativa “Recebi apoio institucional (DEAM, CRAM, CRAS etc.)”. A grande maioria (75,5%) discordou totalmente, e apenas 4,1% relatou ter recebido esse tipo de auxílio. Tais dados demonstram um distanciamento significativo entre as instituições de proteção e as mulheres que necessitam desses serviços, o que pode estar relacionado a barreiras estruturais, falta de informação, burocracia ou medo de denunciarem a violência.

Apesar dessas dificuldades, quando avaliadas sobre a utilidade do apoio recebido, as participantes apresentaram uma percepção positiva. Na afirmativa “O apoio recebido contribuiu para compreender melhor a situação e meus sentimentos”, 46,9% concordaram totalmente e 14,3% concordaram parcialmente, representando mais de 60% de concordância. Isso indica que, quando o acolhimento ocorre seja por parte de pessoas próximas ou por serviços especializados ele exerce papel significativo na elaboração emocional e no entendimento da violência.

No que diz respeito ao olhar social, percebe-se uma divisão importante. Na afirmativa “A sociedade costuma acolher mulheres vítimas de violência doméstica”, apenas 7,5% concordaram totalmente, enquanto 20,8% discordaram totalmente e 17% discordaram parcialmente. Além disso, 39,6% permaneceram neutras, apontando para percepções ambíguas ou para a ausência de experiências diretas de acolhimento. Em contrapartida, quando analisada a afirmativa “A sociedade costuma responsabilizar as vítimas pela violência que sofrem”, as

respostas mostram forte concordância: 45,3% concordaram totalmente e 30,2% concordaram parcialmente. Esses dados revelam que o julgamento social tende mais à culpabilização do que ao acolhimento, reforçando um ambiente de silenciamento e revitimização.

As participantes também avaliaram práticas preventivas e ações de conscientização. Na afirmativa "Campanhas educativas em escolas/universidades podem ajudar a reduzir a violência doméstica", 66% concordaram totalmente e 18,9% parcialmente, evidenciando ampla confiança nas estratégias educativas como ferramentas de transformação social. Percepção semelhante aparece em "As redes sociais são um canal eficaz de conscientização", com 52,8% de concordância total e 18,9% parcial, mostrando que plataformas digitais são vistas como espaços relevantes para divulgação de informações e estímulo ao debate.

Quanto às medidas punitivas, há forte aprovação da ideia de que punições mais rigorosas podem reduzir os casos de violência: 77,4% concordaram totalmente e 11,3% parcialmente. Essa elevada concordância demonstra a percepção de que a responsabilização do agressor ainda é insuficiente e que o sistema de justiça necessita de maior efetividade.

Por fim, a afirmativa "Facilitar o acesso a apoio psicológico e jurídico fortalece a autonomia das mulheres" apresentou o maior consenso entre todas: 88,7% concordaram totalmente e 5,7% parcialmente. Esse resultado reforça a compreensão de que políticas públicas voltadas ao fortalecimento emocional e jurídico são fundamentais para romper o ciclo de violência e garantir autonomia às vítimas.

**Tabela 4.**

*Apoio recebido e avaliação das práticas sociais e institucionais no enfrentamento da violência*

| **Afirmativas** | **Distribuição estatística** | | |
|---|---|---|---|
| | **Escala Likert (5 pontos)** | ***n*** | **%** |
| Recebi apoio de familiares durante ou após a situação de violência. | Discordo totalmente | 17 | 34 |
| | Discordo parcialmente | 2 | 4 |
| | Neutro | 16 | 32 |
| | Concordo parcialmente | 4 | 8 |
| | Concordo totalmente | 11 | 22 |
| | | **50** | **100** |
| Recebi apoio psicológico. | Discordo totalmente | 23 | 46,9 |
| | Neutro | 11 | 22,4 |
| | Concordo parcialmente | 2 | 4,1 |
| | Concordo totalmente | 13 | 26,5 |
| | | **49** | **100** |
| Recebi apoio institucional (DEAM, CRAM, CRAS etc.). | Discordo totalmente | 37 | 75,5 |
| | Discordo parcialmente | 0 | 0 |
| | Neutro | 10 | 20,4 |
| | Concordo totalmente | 2 | 4,1 |
| | | **49** | **100** |
| O apoio recebido contribuiu para compreender melhor a situação e meus sentimentos. | Discordo totalmente | 8 | 16,3 |
| | Discordo parcialmente | 4 | 8,2 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Neutro | 7 | 14,3 |
| | Concordo parcialmente | 7 | 14,3 |
| | Concordo totalmente | 23 | 46,9 |
| | | **49** | **100** |
| A sociedade costuma acolher mulheres vítimas de violência doméstica. | Discordo totalmente | 11 | 20,8 |
| | Discordo parcialmente | 9 | 17 |
| | Neutro | 21 | 39,6 |
| | Concordo parcialmente | 8 | 15,1 |
| | Concordo totalmente | 4 | 7,5 |
| | | **53** | **100** |
| A sociedade costuma responsabilizar as vítimas pela violência que sofrem. | Discordo totalmente | 2 | 3,8 |
| | Discordo parcialmente | 2 | 3,8 |
| | Neutro | 9 | 17 |
| | Concordo parcialmente | 16 | 30,2 |
| | Concordo totalmente | 24 | 45,3 |
| | | **53** | **100** |
| Campanhas educativas em escolas/universidades podem ajudar a reduzir a violência doméstica. | Discordo totalmente | 2 | 3,8 |
| | Neutro | 6 | 11,3 |
| | Concordo parcialmente | 10 | 18,9 |
| | Concordo totalmente | 35 | 66 |
| | | **53** | **100** |
| As redes sociais são um canal eficaz de conscientização. | Discordo totalmente | 4 | 7,5 |
| | Discordo parcialmente | 5 | 9,4 |
| | Neutro | 6 | 11,3 |
| | Concordo parcialmente | 10 | 18,9 |
| | Concordo totalmente | 28 | 52,8 |
| | | **53** | **100** |
| Punições mais rigorosas aos agressores podem ajudar a reduzir casos de violência. | Discordo totalmente | 2 | 3,8 |
| | Neutro | 4 | 7,5 |
| | Concordo parcialmente | 6 | 11,3 |
| | Concordo totalmente | 41 | 77,4 |
| | | **53** | **100** |
| Facilitar o acesso a apoio psicológico e jurídico fortalece a autonomia das mulheres. | Discordo totalmente | 1 | 1,9 |
| | Neutro | 2 | 3,8 |
| | Concordo parcialmente | 3 | 5,7 |
| | Concordo totalmente | 47 | 88,7 |
| | | **53** | **100** |

**Nota:** Foram mantidos apenas os itens da escala *likert* que tiveram percentual de resposta em cada afirmativa. Afirmativas não obrigatórias não se alteram uma vez que as participantes poderiam escolher não responder algum item.

## 4 DISCUSSÃO

A análise das respostas revela que as experiências pessoais de violência e os processos de autoculpabilização estão profundamente relacionados a fatores emocionais, sociais e culturais que moldam a percepção das mulheres sobre si mesmas e sobre as agressões vivenciadas. Inicialmente, muitas participantes relataram sentir-se responsáveis pela violência sofrida; contudo, ao longo do tempo, esse entendimento foi sendo desconstruído por meio do fortalecimento da autoestima, do acolhimento e da reflexão crítica sobre a dinâmica da violência. Relatos como “Quando comecei a me dar valor” evidenciam a centralidade da

autovalorização nesse processo, em consonância com (Saffioti, 2015) que aponta que a violência fragiliza a autoestima feminina e perpetua a lógica da culpa.

Além disso, os achados deste estudo dialogam com a literatura de (Crenshaw, 2002) que aponta que mulheres negras vivenciam a violência doméstica de forma atravessada por desigualdades raciais e socioeconômicas. A maior presença de autoculpabilização entre essas mulheres pode ser compreendida a partir da interseccionalidade entre gênero, raça e classe, que limita o acesso a recursos de proteção, fortalece o silenciamento e contribui para a naturalização da violência, reforçando sentimento de culpa e responsabilização.

Os impactos físicos e emocionais como perda de peso, alterações hormonais, ansiedade e depressão também emergiram como indicadores importantes de que a situação vivenciada não era normal, alinhando-se às reflexões de (Diniz; Lima, 2020), para quem a violência psicológica produz um adoecimento silencioso e progressivo. A busca por apoio externo, especialmente por meio da terapia e de conversas com pessoas de confiança, mostrou-se decisiva para romper o ciclo de autoculpabilização. (Schraiber, 2019) reforçam que a rede de suporte e a escuta qualificada são fundamentais para reconstruir a percepção de responsabilidade, destacando que a violência é resultado das ações do agressor, e não da vítima.

As respostas também evidenciaram a importância do reconhecimento de que a violência está associada às escolhas e comportamentos do agressor, como sintetiza a frase: “a escolha do outro em ser violento não tem nada a ver com as minhas atitudes.” Essa compreensão converge com (Almeida 2021), que apresenta a responsabilização do agressor como passo essencial para que mulheres rompam com padrões internalizados de culpa. Além disso, o distanciamento temporal e emocional da relação violenta foi apontado como fundamental para enxergar a realidade com clareza, conforme ilustrado na metáfora “você precisa sair da ilha para ver como ela é”.

No que se refere às redes de apoio consideradas ideais, as participantes destacaram a relevância de vínculos afetivos, suporte psicológico especializado e ambientes livres de julgamento. Amigos e familiares foram mencionados como fontes essenciais de acolhimento emocional, como discutem (Souza, 2019) que apontam o papel protetivo desses vínculos no enfrentamento da violência. A necessidade de acompanhamento psicológico especializado apareceu recorrentemente, confirmando a relevância da intervenção terapêutica na reorganização emocional e no fortalecimento da autoestima. Além disso, a escuta sensível e a validação do sofrimento foram consideradas indispensáveis. Contudo, algumas participantes

enfatizaram que o apoio familiar ideal muitas vezes não se concretiza, conforme apontam (Santos, Izumino 2018), para quem a ausência de suporte doméstico pode intensificar o isolamento e dificultar o rompimento da relação abusiva.

Em relação ao papel dos profissionais de saúde e psicologia, as participantes destacaram que o enfrentamento da autoculpabilização exige intervenções que ultrapassam o atendimento individual e envolvem desconstruções socioculturais. A necessidade de combater padrões machistas que naturalizam a violência, por exemplo, foi mencionada como prática fundamental, o que se articula com (Saffioti, 2015) ao tratar das raízes socioculturais da violência de gênero.

Outros aspectos reforçados incluem a importância das notificações compulsórias especialmente em contextos de urgência como garantia de visibilidade e encaminhamento adequado dos casos, além do acolhimento integral e contínuo, que envolve cuidado físico, emocional e psicológico.

As participantes também enfatizaram o papel das ações educativas e campanhas de conscientização, como estratégias eficazes para ampliar o reconhecimento social da violência e reduzir o estigma associado às vítimas. Por fim, a necessidade de um atendimento humanizado, ético, sensível e embasado em escuta ativa se alinha às diretrizes do (Ministério da Saúde 2017), que orientam práticas de cuidado centradas na dignidade e no respeito às mulheres em situação de violência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a violência doméstica permanece como um fenômeno complexo, marcado por dimensões psicológicas, sociais e culturais que influenciam diretamente a forma como as mulheres compreendem suas vivências. Os resultados demonstraram que a autoculpabilização continua sendo uma realidade significativa entre as participantes, manifestando-se por meio de sentimentos de vergonha, medo e responsabilização pessoal pelo comportamento agressivo do parceiro. Tais percepções dialogam com uma estrutura social que ainda naturaliza práticas violentas e sustenta crenças que reforçam a responsabilização da vítima, conforme discutido pela literatura analisada.

Os dados revelaram que a superação desse sentimento de culpa ocorre de maneira gradual e multifatorial. Fatores como o distanciamento da relação abusiva, o fortalecimento da autoestima, o reconhecimento dos danos emocionais e físicos, bem como a escuta validada por pessoas de confiança e o suporte psicológico especializado, mostraram-se fundamentais.

Observou-se, entretanto, uma fragilidade expressiva no acesso ao apoio psicológico e institucional. A ausência de acolhimento adequado por órgãos oficiais evidencia um distanciamento entre as políticas públicas previstas e a realidade vivenciada pelas mulheres, contribuindo para a permanência no ciclo de violência e dificultando a busca por ajuda. Esses achados reforçam a urgência de fortalecer a rede intersetorial de enfrentamento à violência, garantindo serviços acessíveis, humanizados e articulados.

Além disso, a pesquisa apontou que profissionais de saúde e psicologia desempenham papel essencial na identificação, notificação e acolhimento das vítimas, devendo atuar de forma ética, empática e sensível. Campanhas de conscientização, ações educativas e intervenções institucionais são estratégias fundamentais para romper estigmas, combater a cultura do silenciamento e promover ambientes seguros para que as mulheres possam reconhecer que não são responsáveis pela violência que sofrem.

Por fim, compreende-se que a conscientização sobre a autoculpabilização não se limita à esfera individual, mas exige esforços coletivos e estruturais. O estudo demonstra que o enfrentamento à violência doméstica requer a articulação entre políticas públicas, práticas profissionais qualificadas, fortalecimento das redes de apoio e ações sociais que combatam estereótipos de gênero. Assim, reafirma-se a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, capaz de promover autonomia, proteção e dignidade às mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e livre de violência.

## REFERÊNCIAS

AFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 1 dez. 2025.

BRASIL. Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a **violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do 8º do art. 226 da Constituição Federal, a Lei n° 9.099, de 26 de setembro de 1995, e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143 n° 152, p. 1, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia prático de cuidado à mulher em situação de violência.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2025/guia-pratico-de-cuidado-a-mulher-em-situacao-de-violencia.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 dez. 2025.

DINIZ, Gláucia; LIMA, Viviane. **Violência psicológica contra a mulher: impactos emocionais e desafios no reconhecimento.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e65878, 2020. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1492913599_ARQUIVO_AviolenciaPsicologicacontraaMulher-reconhecimentoevisibilidade.pdf

INSTITUTO DE PESQUISA EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL (Brasilia).DataSenado. **A violência doméstica contra mulheres: Desigualdades e desafios.** A violência doméstica contra mulheres: Desigualdades e desafios, Praça dos Três Poderes - Brasília DF, ano 2022, p. 3, 2 dez. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/pesquisa-datasenado-detalha-a-violencia-domestica-contra-mulheres-negras-desigualdades-e-desafios. Acesso em: 1 mar. 2025.

FERNANDES, Thaiane de Almeida. **Psiquiatrização do agressor: quando a patologia é de fato uma excludente de culpabilidade ou apenas uma tese de defesa em crimes contra mulheres.** Consultor Jurídico (ConJur), São Paulo, 24 out. 2025. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2025-out-24/psiquiatrizacao-do-agressor-quando-a-patologia-e-de-fato-uma-excludente-de-culpabilidade-ou-apenas-uma-tese-de-defesa-em-crimes-contra-mulheres/. Acesso em: 2 dez. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani**. Gênero, patriarcado e violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em:

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_genero_patriarcado_e_violencia_1.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025

SANTOS, Cecilia M. M. dos; IZUMINO, Wania Pasinato. **Violência contra a mulher e violência de gênero.** São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2019/08/Cecilia-Santos-Wania-Izumino-Violencia-contra-a-mulher-e-violencia-de-genero.pdf. Acesso em: 2 dez.2025.

Schraiber, L. B., Pires Lucas d'Oliveira, A. F., Hanada, H., & Kiss, L. (2012). **Assistência a mulheres em situação de violência** – da trama de serviços à rede intersetorial. *Athenea Digital. Revista De Pensamiento E Investigación Social*, *12*(3), 237–254. Disponível em: https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-schraiber-pires-hanada-etal. Acesso: 01 dez. 2025.

SOUZA, Marjane Bernardy; SILVA, Maria Fernanda Silva da. **Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica:** uma revisão da literatura brasileira. Pensando famílias, Porto Alegre, v. 23, n. 1, jan./jun. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100012. Acesso em: 2 dez. 2025.